Por que educação e cultura?

MARIA ALICE SETUBAL
MAURÍCIO ÉRNICA*

Cultura

A **definição do termo cultura é uma tarefa complexa e** só pode ser feita no âmbito de uma discussão teórica, o que não faz parte dos objetivos deste trabalho. Entretanto, mesmo sem entrar a fundo nas controvérsias conceituais, assumimos que o termo cultura se refere a diferentes fenômenos, todos eles ligados aos modos de existir dos inúmeros grupos humanos, modos esses que são específicos e diversos entre si.

* MARIA ALICE SETUBAL é Diretora-Presidente do CENPEC, socióloga, mestre em Ciências Políticas pela USP e doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP.
MAURÍCIO ÉRNICA é antropólogo, professor universitário e colaborador em diversos projetos do CENPEC.

Tanto nas dimensões da vida social fortemente marcada pela escrita, quanto naquelas em que os saberes são tradicionalmente transmitidos oralmente, há um patrimônio do qual devemos nos apropriar.

Para nós, interessam mais de perto duas características da vida cultural.[2] Primeiro, consideramos que a vida humana só se realiza no interior de uma dada sociedade. Logo, o que cada indivíduo é, deve ser, acha que é, quer ser e pode ser relaciona-se com as atividades da vida social, das quais ele participou ao longo de sua biografia. Em segundo lugar, entendemos que a sociedade é lógica e historicamente anterior aos indivíduos e, portanto, é só na relação com os outros e com o meio que as pessoas se formam como pertencentes a uma cultura. É apenas assim que os homens podem compreender o mundo no qual vivem e desenvolver a consciência de si mesmos.

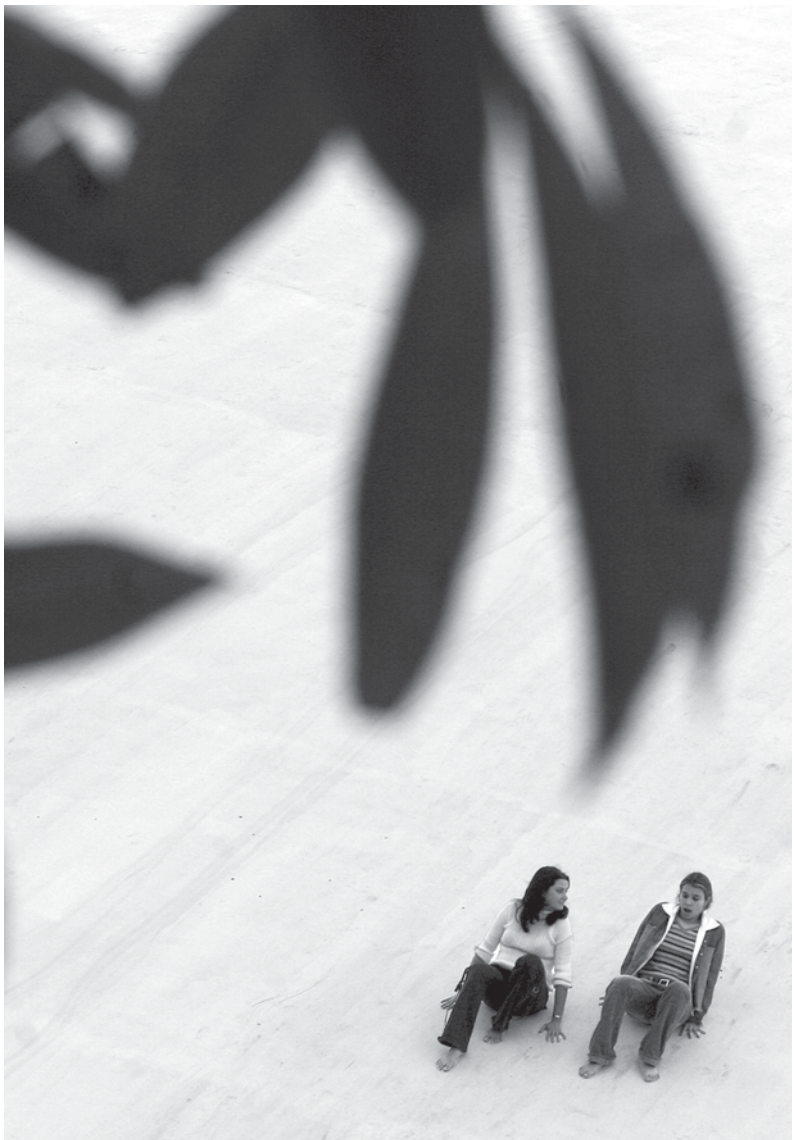
Com base nesses pressupostos, podemos afirmar que o termo cultura diz respeito, por exemplo:

- ao modo como a natureza é transformada para produzir os meios de vida;
- às regras que orientam a produção, a distribuição e o uso desses meios de vida;
- à maneira pela qual o corpo é educado para as práticas sociais;
- a como se definem os papéis sociais e é organizada a participação nas atividades da sociedade;
- à regulamentação das trocas matrimoniais e dos laços de parentesco;
- à organização dos atos de tomada de decisão sobre os rumos da vida coletiva;
- à representação dos elementos sobrenaturais e da vida religiosa;
- ao modo como são contadas as histórias do grupo;
- à maneira como são festejados e celebrados os momentos significativos das biografias individuais e das coletividades;
- a como são educadas as novas gerações, entre tantos outros aspectos.

Uma primeira conseqüência disso é que, assim como uma pessoa precisa de muitas outras para se constituir, uma cultura também não se forma isolada e fechada nela mesma. Ao contrário, a relação com os outros grupos é essencial para a constituição do nosso grupo. Como afirma Lévi-Strauss,

"(...) a diversidade das culturas não deve ser concebida de uma maneira estática. Esta diversidade não é a de uma amostragem inerte ou de um catálogo frio. (...) Jamais as sociedades humanas estão sós; quando parecem mais separadas, ainda o é sob forma de grupos ou feixes. (...) Por conseguinte, a diversidade das culturas

Trabalhar com cultura implica considerar os processos de produção, circulação e apropriação dos elementos culturais e dos discursos que os interpretam e os valorizam.



humanas não nos deve levar a uma observação fragmentadora ou fragmentada. Ela é menos função do isolamento dos grupos que das relações que os unem".[3]

Desse modo, a relação com o diferente constitui um espaço de troca e de conflitos nos quais os grupos definem e reelaboram as práticas sociais formadoras do seu modo de existir. Essa relação de troca funciona como o principal motor do desenvolvimento das culturas. Assim, não há como definir um momento de pureza cultural, nem uma origem autêntica e sem relações com um mundo cultural exterior. Todos os grupos humanos se fazem com influências externas. O isolamento e a tentativa de manter uma cultura estática e fechada em si mesma representam o seu empobrecimento.

Há muitas outras conseqüências a serem tiradas dessas idéias. Neste momento, nos interessam apenas aquelas diretamente implicadas com a questão da educação.

Educação e patrimônio cultural

Entendemos o conceito de educação de uma maneira ampla, como os diversos processos que os grupos humanos elaboram e elaboraram para fazer com que as novas gerações aprendam os saberes que são socialmente valorizados.

As sociedades modernas, fortemente influenciadas pela vida urbana, elegeram a escola como espaço privilegiado da atividade educacional. No entanto, a escola não é o único ambiente do qual a educação é parte integrante. Os saberes selecionados pela escola constituem uma parcela do patrimônio considerado necessário aos novos membros de uma sociedade e não esgotam o conjunto dos saberes socialmente valorizados e que devem ser ensinados. Ao longo da nossa vida, existem outros conhecimentos importantes para a efetivação da vida cultural.

O mundo do trabalho é repleto de saberes ensinados e aprendidos quando nos engajamos em suas atividades. O modo de tecer uma rede, de lidar com o gado, de escrever diferentes gêneros de texto, de falar em certas situações, de se relacionar com as pessoas em alguns contextos são saberes importantes, mas geralmente não resultam de um aprendizado formal. Isso vale também para as atividades realizadas nos espaços domésticos, na vida religiosa, nas celebrações populares, nas formas de brincar e de praticar esportes.

Tanto nas dimensões da vida social fortemente marcada pela escrita, quanto naquelas em que os saberes são tradicionalmente transmitidos oralmente, há um patrimônio do qual devemos nos apropriar. Caso contrário, corremos o risco de exclusão das atividades nas quais esse conhecimento é solicitado. As várias maneiras de desenvolver a atividade educacional são fundamentais para que o patrimônio cultural, herdado de antepassados, seja transmitido para as novas gerações.

As atividades educacionais e o patrimônio cultural de um grupo estão profundamente interligados. A própria noção de educação, tal como a entendemos, pressupõe a definição de saberes considerados socialmente relevantes e que constituem o patrimônio a ser transmitido.

Existe um olhar para a vida cultural e uma seleção daquilo que deve ser ensinado que antecedem a atividade educacional propriamente dita. Para além dos saberes intelectuais e escolares, como ler e escrever diferentes gêneros de texto e realizar operações matemáticas em situações diversas, ensina-se, também, a olhar para a própria história e a valorizar determinados produtos do trabalho humano e grupos sociais, como importantes, belos e valiosos ou, ao contrário, como sem prestígio, sem importância, feio ou sem valor.

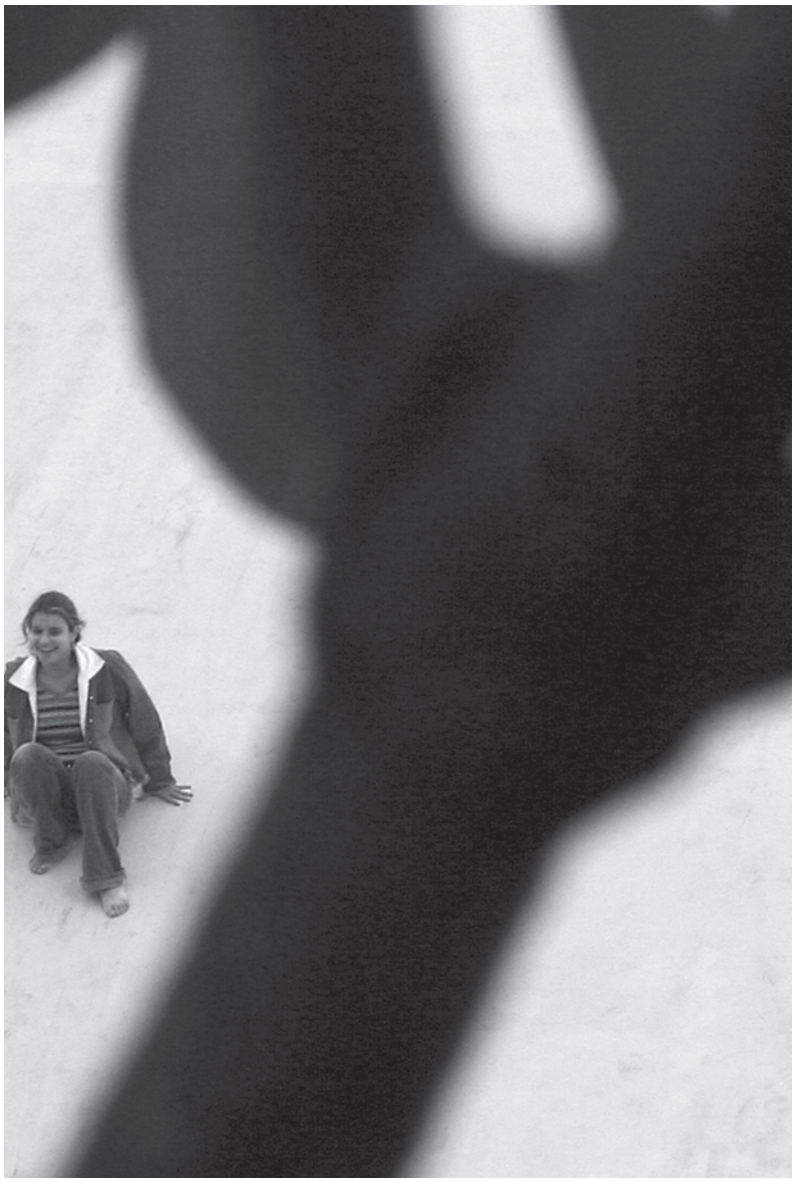
O termo **patrimônio cultural**[4] diz respeito aos legados das gerações anteriores que se emendam com as vidas de todas as pessoas. Esses legados fazem com que as pessoas sejam da maneira como são, formam os modos de falar, vestir, comer, morar, festejar, construir, rezar e casar. Pela transmissão do seu patrimônio cultural, os membros de um grupo se reconhecem nas gerações anteriores e nos outros integrantes. Por meio da partilha de um patrimônio cultural comum, as pessoas se sentem pertencentes a um lugar, a um grupo, a uma história.

Podemos afirmar que a própria natureza é um elemento do patrimônio cultural. Para os paulistas, por exemplo, os rios Tietê e Paraíba do Sul, as serras da Cantareira e do Mar, são de fundamental importância para sua formação histórica e, em decorrência, para a sua memória.

Uma outra dimensão do patrimônio cultural refere-se às manifestações imateriais, ou seja, a todos os saberes de como fazer objetos e realizar atividades. São exemplos desse conjunto o saber fazer um prato de culinária, dançar, cantar, representar um espetáculo teatral, brincar, construir, namorar e acariciar, dentre tantos outros.

Um terceiro grupo de elementos é aquele que mais usualmente se considera como patrimônio: os objetos e as edificações, como esculturas, malhas urbanas, caminhos pelo território, utensílios, ferramentas, máquinas, panelas, livros de fotografias, documentação de tabeliões e da administração pública e tudo o mais que é produto material do saber-fazer humano.

Existe uma seleção de elementos da natureza, da cultura material e do saber-fazer para definir aquilo que constitui o patrimônio cultural de um grupo. Essa seleção constrói uma determinada leitura do passado e dos



aspectos que devem ou não ser lembrados no presente, criando representações sobre personagens, saberes e obras que acabam por influenciar o próprio desenrolar da história.

A construção das representações sobre o que é o patrimônio cultural de um grupo é feita a partir de uma disputa simbólica para eleger e representar personagens, lugares, saberes e obras, tendo como resultado a fixação dos elementos pelos quais os seus membros deverão se identificar e ser reconhecidos.

A partir desses argumentos, acreditamos que o conjunto das atividades educacionais da sociedade — e, nesse sentido, a escola tem um papel decisivo — configura uma das dimensões mais importantes na qual a definição do patrimônio se dá. Mais ainda, a própria seleção dos elementos de patrimônio de um grupo educa as novas gerações.

As discussões sobre o patrimônio permitem que um legado ganhe lugar no presente e seja reproduzido na contemporaneidade. Esse mesmo legado também pode ser associado ao atraso, à precariedade e a tudo aquilo que se deseja afastar. Nessas discussões, algumas parcelas de nossas histórias podem ganhar espaço no presente ou, ao contrário, serem reprimidas e desvalorizadas.

Trabalhar com cultura implica considerar os processos de produção, circulação e apropriação dos elementos culturais e dos discursos que os interpretam e os valorizam. Portanto, um problema que emerge é o da comunicação cultural, relativa ao conteúdo daquilo que é comunicado e ao fato de que a apropriação dos elementos culturais e dos discursos sobre eles é heterogênea e está, em boa medida, fora do controle direto dos produtores.[5] Segundo Roger Chartier, os bens simbólicos estão estreitamente vinculados às demais relações econômicas, sociais e políticas, ou seja, são influenciados por essas dimensões e interferem no modo como elas existem.

Estamos orientados pelo desafio contemporâneo de fortalecer práticas culturais que incorporem a experiência do convívio com o diferente, oferecendo meios inusitados para a construção do novo. Sendo assim, pretendemos valorizar as experiências culturais que foram reprimidas ou esquecidas, e lutar para que elas sejam reconhecidas como riquezas que constituem nossa formação plural.

Notas

1 Este texto foi elaborado a partir das várias discussões ocorridas entre a equipe do Projeto Terra Paulista.

2 Ver a Introdução a *Terra Paulista*: histórias, arte, costumes. SETUBAL, Maria Alice (coord.). *Projeto Terra Paulista*: histórias, arte, costumes. São Paulo: Cenpec/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

3 LÉVI-STRAUSS, Claude (1952). Raça e história. In: *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

4 Ver MARINS, Paulo César Garcez. *Patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Mindem/Escolas Associadas, 2003; e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

5 Ver CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 2004.